

Associação Brasileira de Antropologia - ABA
Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima
Relatório de Atividades do Comitê Quilombos (2015–2016)

Coordenador: Prof. Aderval Costa Filho (UFMG)

Vice-coordenadores: Raquel Mombelli e Osvaldo Martins de Oliveira

Integrantes do Comitê:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM)

Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)

Cíntia Beatriz Müller (UFBA)

Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Ilka Boaventura Leite (UFSC)

Ricardo Cid Fernandes (UFPR)

Rosa Elisabeth Acevedo Marin (UFPA)

Sandro José da Silva (UFES)

Sônia Regina Lourenço (UFMT)

O Comitê Quilombos buscou atuar em consonância com o histórico de atuação da ABA no cenário brasileiro, bem como com os propósitos da Gestão do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, quais sejam: apoiar balanços de nosso campo disciplinar e reflexões teóricas e técnicas sobre o nosso ofício na conjuntura atual, sobre os conhecimentos e princípios éticos necessários às distintas práticas profissionais das antropólogas e dos antropólogos no cenário nacional, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimentos e para o aprimoramento da formação profissional, em especial quanto à reflexão sobre as situações sociais das comunidades dos quilombos e os desafios à implementação dos seus direitos.

Como se pode depreender das ações elencadas abaixo, o Comitê atuou em estreita relação com as Assessorias Especiais de Apoio à Presidência, notadamente com a Assessoria Especial de Laudos Periciais, contando com a interlocução direta com a Prof^a Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), bem como com a Assessoria de Meio Ambiente. O Comitê Quilombos também, pela convergência temática e desafios da presente gestão, atuou em articulação com a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI, bem como o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, o Comitê Patrimônio e

Museus e o Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a. Apresentamos abaixo resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da ABA ao longo dos anos de 2015 e 2016:

REUNIÕES:

No início da gestão foram feitas diversas reuniões, visando apresentação do Presidente da ABA e da Coordenação do Comitê a órgãos diretamente relacionados à implementação dos direitos das comunidades dos quilombos, conforme se segue:

- Dia 14/04/15 - Reunião com a Presidência do INCRA e Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, para apresentação da nova presidência da ABA e discussão visando renovação do Termo de Cooperação Técnica entre ABA e o INCRA; Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Foi acordado que seria celebrado um Aditivo ao Termo de Cooperação ABA/INCRA.
- Dia 14/04/15 – Reunião com a Ministra da SEPPIR, para apresentação da nova Presidência e das ações desenvolvidas pela Associação Brasileira de Antropologia no campo da diversidade étnica e racial e dos direitos diferenciados de cidadania. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e manifestação de interesse em celebração de Termo de Cooperação entre a ABA e a SEPPIR.
- Dia 15/04/15 – Reunião com o Presidente da Fundação Cultural Palmares, com o Diretor de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro e Promotora Jurídica daquela Fundação para tratar de apresentação da nova Presidência, processos de emissão de certidão de autodefinição como comunidade remanescente dos quilombos, emissão de pareceres em processos de licenciamento de obras e empreendimentos com impactos diretos e indiretos sobre territórios quilombolas, conflitos em

decorrência da autodefinição e da regularização fundiária das comunidades dos quilombos. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e de cooperação, tendo sido apontado que haveria mudanças na direção da Fundação.

- Dia 07/05/2015 – Reunião com o Senhor Denildo Rodrigues de Moraes (Bico), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, para apresentação da nova Presidência da ABA e discussão sobre cooperação entre ABA e CONAQ, sobretudo para realização de oficina de formação de lideranças quilombolas e participação de Encontro Nacional da CONAQ. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA.
- Dia 08/05/2015 – Reunião com a nova Presidente da Fundação Cultural Palmares, em decorrência de mudanças ocorridas nas pastas do Governo, para reapresentação da Presidência da ABA, Coordenação do Comitê Quilombos e prospectar possibilidades de cooperação. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Resultou da reunião estreitamento de relações e manifestação de interesse em celebração de Termo de Cooperação específico entre a ABA e a FCP. Devido a intercorrências no Governo e posterior desmonte do aparato de Governo que assegura a proteção às comunidades dos quilombos, até o momento não houve elaboração/celebração do referido Termo de Cooperação.
- Dia 08/05/2015 – Nova reunião na SEPPIR, com a Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais, para dar continuidade à discussão sobre a cooperação entre a SEPPIR e ABA, com possibilidade de celebração de Termo de Cooperação. Participação de Antonio Carlos de Souza Lima - Presidente da ABA, Eliane Cantarino

O'Dwyer – Assessora de Laudos da ABA e Aderval Costa Filho – Coordenador do Comitê Quilombos da ABA. Devido a intercorrências no Governo e posterior desmonte do aparato de Governo que assegura a proteção às comunidades dos quilombos, até o momento não houve elaboração/celebração do referido Termo de Cooperação.

- Dia 19/05/2015 – Participação na Plenária “Ameaças aos direitos fundamentais e PEC 215: democracia, povos indígenas e meio ambiente”, promovida pelas Frentes Parlamentares de Defesa dos Povos Indígenas, de Direitos Humanos e Minorias e Ambientalista, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados/DF, para apresentação de proposições visando combater as ameaças aos direitos dos povos indígenas, especialmente, mas também as ameaças aos direitos relativos aos quilombos e ao meio ambiente. Participaram o Presidente da ABA e o membro do Comitê Quilombos Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB).

EVENTOS CIENTÍFICOS

As atividades do Comitê se concentraram na realização de GTs, Mesas Redondas, e painéis em reuniões científicas, com participação significativa de antropólogos, elencadas a seguir. É importante ressaltar que houve diversas participações em eventos científicos de antropólogos e antropólogas integrantes do nosso Comitê, como propostas independentes, as quais divulgamos e estimulamos, mas que não estão elencadas aqui.

- Organização do Grupo de Trabalho na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL; O GT 14, intitulado “Direitos Quilombolas, Políticas Públicas e Movimentos Sociais: desafios e perspectivas” foi coordenado por Aderval Costa Filho (UFMG) e Cíntia Beatriz Müller (UFBA), e promoveu amplo debate avaliativo e propositivo, perspectivado em situações sociais etnografadas, análises de conjuntura e reflexões sobre os processos de conformação e reconformação identitária dos quilombos no contexto

atual e consolidação dos seus direitos territoriais, sociais, e culturais. O GT contou com os seguintes debatedores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) e Ilka Boaventura Leite (UFSC), e 11 apresentações orais, organizadas em 2 sessões.

- Participação no Fórum Temático organizado pela Comissão de Assuntos Indígenas durante a V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. O Fórum Temático 07, intitulado “A produção antropológica e os desafios para a garantia de direitos étnicos, coletivos e territoriais” foi coordenado por Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) e Raquel Mombelli (UFSC), com duas sessões, a saber: “Produção antropológica e decisões judiciais: conflito de saberes e de poderes” e “As condições de produção do antropólogo como expert em face das iniciativas de reformulação da regulamentação dos direitos territoriais (ADIN do Decreto 4887/2003, PEC 215, etc)”. O FT realizou um balanço dos avanços aos direitos étnicos desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e a inserção da Antropologia no campo de aplicação de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Da primeira sessão participaram como expositores Andrea Zhouri (UFMG), Edviges Ioris (UFSC) e Fábio Mura (UFPB); da segunda sessão participaram como expositores Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) e João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ).
- Promoção do Minicurso 03 - Laudos e Relatórios: A atuação dos antropólogos em debate na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. O minicurso foi coordenado por Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB) e Márcia Leila de Castro Pereira (UFPI) e teve como principal objetivo refletir sobre os possíveis campos de atuação profissional, a partir de trabalhos “práticos” de produção de Laudos Antropológicos, Relatórios Antropológicos, Relatórios do Componente Indígena do EIA/RIMA e Relatórios de Impacto de empreendimentos governamentais em

territórios de populações tradicionais, em especial, indígenas e quilombolas. A partir de experiências particulares, foram apontados alguns impasses, limites, avanços teóricos e éticos com os quais os profissionais da antropologia se defrontam em suas experiências.

- Participação no Seminário “Quilombos, Estudos Antropológicos e Regularização Territorial”, pré-evento da VI Jornada de Estudos sobre Etnicidade da Universidade Federal de Pernambuco, realizado no dia 18 de Junho de 2015. O evento contou com mesas redondas e mostra audiovisual, quais sejam: MR Estudos e Processos de Regularização de Territórios Quilombolas em Pernambuco (Caroline Leal Mendonça - NEPE, Ana Cláudia Rodrigues - DAM/UFPE, Helena Tanderini, Hosana Celi - NEPE/PPGA, Lara Erendina Andrade – Moderadora); O papel da antropologia no atual contexto de ameaças às terras quilombolas (Osvaldo Martins de Oliveira – UFES/Comitê Quilombo da ABA, Vânia Fialho – UFPE/Comitê Povos Tradicionais Meio Ambiente e Grandes Projetos ABA, José Augusto Sampaio - UNEB/ANAÍ, Johnny Cantarelli - moderador), Mostra audiovisual/Lançamento do CD Tiririca dos Crioulos: Benditos, Linhas de Toré e Gira. Participaram da Comissão Organizadora os Profs. Renato Athias, Lara Erendira e Carol Leal Mendonça.
- Participação na Oficina ABA “Aditamento da Carta de Ponta das Canas”, realizada em Brasília/DF, nos dias 17 e 18 de agosto de 2015. A Oficina contou com a participação de membros do Comitê Quilombos (como proponentes da mesma desde o seu Plano de Trabalho apresentado no início da Gestão ABA 2015-2016), com membros da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), do Comitê Povos Tradicionais Meio Ambiente e Grandes Projetos, com as assessorias de Laudos Periciais e de Meio Ambiente, tendo sido seus participantes selecionados pelos respectivos Comissão e Comitês. A Oficina foi realizada com recursos da Fundação Ford. Participaram nominalmente da Oficina (em ordem alfabética): Aderval Costa Filho (UFMG), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Andréa Zhouri (Gesta/UFMG), Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Bruno Pacheco de Oliveira (Laced/Museu Nacional/UFRJ), Bruno Souza (MPF), Carolina Perini

(Funai), Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Estêvão Palitot (UFPB), Fábio Mura (UFPB), Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB), Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC), Jane Felipe Beltrão (UFPA), João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Verdum (UFSC), Roberto Almeida (Incra), Stephen Grant Baines (UnB), Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE). A redação final foi feita por uma comissão liderada por Jane Felipe Beltrão e composta por Aderval Costa Filho, Eliane Cantarino O'Dwyer e João Pacheco de Oliveira. A oficina discutiu e produziu textos sobre as demandas e contextualização do trabalho do antropólogo/antropóloga, procedimentos técnico-científicos, parâmetros para a produção de relatórios de identificação e delimitação territorial, relatórios antropológicos em processos de licenciamento ambiental, laudos em processos judiciais e inventários de referências culturais, finalizando com o papel da ABA nesse contexto. Resultou da Oficina e-book intitulado "Protocolo de Brasília - Laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico", publicado pela ABA em dezembro de 2015.

- Participação no Seminário "ABA+60 – Os antropólogos e a antropologia na esfera pública, cenários contemporâneos e políticas para o futuro", realizado entre os dias 19 a 21 de agosto de 2015, na UnB. O Comitê Quilombos coordenou a Sessão IV – Quilombos, Povos Tradicionais e Territórios: Estado, desenvolvimento e reprodução social da diferença". A Mesa Redonda contou com a participação de Aderval Costa Filho (Coordenador/UFMG /Comitê Quilombos da ABA), Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG/Assessoria Especial de Meio Ambiente ABA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES e Comitê Quilombos/ABA), e Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB e Comitê Quilombos/ABA), tendo como debatedora Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e Assessoria Especial de Laudos/ABA). A MR abordou a perspectiva desenvolvimentista e modernizadora adotada pelo Estado brasileiro e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida, além de demonstrar a precarização dos direitos assegurados às comunidades quilombolas e tradicionais, a partir do debate de situações sociais

específicas, bem como de políticas eivadas de significados reducionistas, ressaltando o papel da antropologia como disciplina que não só informa políticas públicas, como também provê as próprias políticas de significados independentes, produzidos pelos próprios atores sociais e traduzidos pelo campo disciplinar.

- Organização do Grupo de Trabalho 120 - “Território, identidade, produção e patrimônio: a reprodução do modo de ser e viver das comunidades dos quilombos na América Latina” na XI Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM, ocorrida na Universidad de La Republica Uruguai, em Montevideo, entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015. Coordenadores: Aderval Costa Filho (UFMG) Coordenador do Comitê Quilombos da ABA; Osvaldo Martins de Oliveira (UFES/Vice Coordenador do Comitê Quilombos da ABA); Vladimir Montoya Arango (Universidad de Antioquia/Colombia); Comentadora: Eliane Cantarino O’Dwyer – UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA. O GT se propôs a debater as relações entre território, identidade, produção e patrimônio na América Latina, explicitando desafios que situações sociais concretas apresentam contemporaneamente para o campo do direito, da administração pública, da atuação profissional do antropólogo e para a academia nos países representados. O GT contou com três sessões (Quilombos - base legal e movimentos sociais; Quilombos - situações sociais, reconhecimento e autoafirmação identitária; e Quilombos – patrimônio e políticas públicas) e com a apresentação de 17 trabalhos. Por ocasião do evento, por impedimentos pessoais o Coordenador Aderval Costa Filho foi substituído pela Vice-coordenadora do Comitê Quilombos Raquel Mombelli.
- Organização da Mesa Redonda 40: “Projetos de modernização do Estado-nação e os direitos culturais e territoriais em contextos latino-americanos”, ocorrida no dia 2 de dezembro de 2015, por ocasião da XI Reunião de Antropologia do Mercosul – RAM/Montevideo-Uruguai. A Mesa Redonda foi coordenada por Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA), e teria sido comentada por Andréa Zhouri (UFMG/Assessora Especial para Meio Ambiente da

ABA), mas a mesma não pode participar. A MR contou também com a participação de Javier Taks - Universidade de la Republica – Uruguay, Stephen Grant Baines - DAN/UnB e Luis Eugenio Campos - Universidade Nacional de Chile. A MR problematizou os grande projetos e as políticas de desenvolvimento na América Latina, permitindo estabelecer debate comparativo sobre formas de construção de estados nações, e formas de reconhecimento e garantia de direitos culturais e territoriais dos chamados povos e/ou comunidades tradicionais. A Mesa se propôs também a refletir sobre o “Estado e suas margens”, repensando as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal.

- Participação no Seminário “Antropologia, Poder e Direitos Tradicionais: a CPI que investiga a FUNAI e INCRA”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, entre os dias 14 e 17 de março de 2016 (abordando o conhecimento antropológico produzido na UFSC sobre o tema), e entre 7 e 8 de abril de 2016 (sobre os argumentos presentes na justificativa para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI que investiga a FUNAI e INCRA, em relação aos processos de regularização fundiária que realizam). A nossa participação se deu mais especificamente na II Programação, no dia 08.04.16, no período da manhã, com coordenação da Mesa Redonda “O Congresso Nacional, a CPI e os Direitos Tradicionais” por Raquel Mombelli (UFSC/Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA), com participação dos seguintes expositores: Deborah Duprat (6ª Câmara de Coord. e Revisão do MPF/PGR; Érika Kokay (Deputada Federal PT/DF); Nilma Paiva Almeida (CGID/FUNAI); Ricahrd Torsiano (Departamento de Estrutura Fundiária do Incra; substituído por Isabelle Picelli); e como debatedores: Getulio Kaigang - TI Xapecó-SC e Maria de Lurdes Mina (MNU/SC). No período da tarde do mesmo dia 08.04.16, participamos de outra Mesa Redonda sobre “Terras Indígenas e Quilombolas em Santa Catarina”, coordenada por Maria Dorothea Post Darella, com exposições de Analucia Hartmann (MPF-SC); Valdez Adriani Farias (PFE/INCRA); Clovis Briguenti (UNILA); tendo como debatedoras o Cacique Teófilos Gonçalves (TI Morro dos Cavalos),

Edson Camargo (Comunidade Quilombola Invernada dos Negros) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice Coordenadora do Comitê Quilombos da ABA).

- Organização do GT 46 “O trabalho do antropólogo e a implementação dos direitos das comunidades dos quilombos” na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB. O GT foi coordenado por Aderval Costa Filho (UFMG/Coordenador do Comitê Quilombos da ABA) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice-coordenadora do Comitê Quilombos da ABA), e abriu espaço para a apresentação de discussão de questões sobre a inserção da antropologia no campo político de aplicação dos direitos das comunidades dos quilombos, sobretudo no fazer antropológico na elaboração de relatórios e laudos visando direitos étnicos, coletivos e territoriais. O GT também abriu espaço para reflexão de contextos e situações sociais contemporâneas, violação de direitos e conflitos enfrentados pelas comunidades e pelos próprios profissionais de antropologia. Foram apresentados 10 trabalhos em comunicação oral e um pôster, organizados em 2 sessões.
- Organização e participação na Mesa Redonda 14 - “Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida”, por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB. A MR contou com a coordenação de Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF/Assessora Especial de Laudos da ABA) e com a participação de Andréa L. M. Zhouri (UFMG/Assessora Especial de Meio Ambiente da ABA), Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB/Membro do Comitê Quilombos da ABA) e Aderval Costa Filho (UFMG/Coordenador do Comitê Quilombos da ABA), abordando processos de conformação e reconformação identitárias, a partir de situações históricas e sociais que demonstram como fluxos desenvolvimentistas tentam minar resistências e vulnerabilizar sucessiva e periodicamente os povos e comunidades tradicionais. A MR, a partir de experiências etnográficas variadas,

discutiu processos de construção da nação do ponto de vista dos povos e comunidades atingidos por interesses hegemônicos.

- Por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB, também foi realizada no dia 5 de agosto Reunião do Comitê Quilombos, coordenada por Aderval Costa Filho. A reunião promoveu um balanço das ações desenvolvidas até aquele momento e propôs continuidade das suas ações na próxima gestão, bem como discutiu e deliberou sobre indicações para Coordenação e Vice-Coordenação.
- Participação no Colóquio “Antropologia, Política e Direitos Diferenciados”, organizado pelo PPGAS/UFSC e AFUNDA, no dia 7 de dezembro de 2016, com exposições de Cinthia Cratini da Rocha (UFSC); Edson Camargo (Comunidade Quilombola Invernada dos Negros/SC); Jocelia Kaingang (Terra Indígena Serrinha/RS); Miriam Hartung (UFSC) e Raquel Mombelli (UFSC/Vice-coordenadora do Comitê Quilombos da ABA). O evento foi encerrado com a palestra “O papel da ABA no capítulo dos índios da Constituição de 1988”, proferida por Manuela Carneiro da Cunha (USP/Universidade de Chicago).

PUBLICAÇÕES

Enumeramos abaixo publicações referentes à produção do Comitê ou que tiveram participação direta do Comitê, além dos que foram divulgados como anais e/ou resumos de trabalhos apresentados em eventos:

- Lançamento do E-book “Protocolo de Brasília - laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico”, fruto de oficina de trabalho realizada em Brasília, nos dias 17 e 18 de julho de 2015, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, a partir de sua Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), de seus comitês Quilombos, e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, das assessorias de Laudos Periciais e de Meio Ambiente. Os participantes foram selecionados pelos comitês e pela comissão em comum acordo com a

Diretoria da ABA 2015-2016. Participaram da Oficina (por ordem alfabética): Aderval Costa Filho (UFMG), Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Andréa Zhouri (gesta/UFMG), Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Bruno Pacheco de Oliveira(Laced/Museu Nacional/UFRJ), Bruno Souza (MPF), Carolina Perini (Funai), Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Estêvão Palitot (UFPB), Fábio Mura (UFPB), Henryo Trindade Barretto Filho (IIEB), Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC), Jane Felipe Beltrão (UFPA), João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Verdum (UFSC), Roberto Almeida (Incra), Stephen Grant Baines (UnB),Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE). A redação final foi feita por uma comissão liderada por Jane Felipe Beltrão e composta por Aderval Costa Filho (Coordenador do Comitê Quilombos da ABA), Eliane Cantarino O'Dwyer e João Pacheco de Oliveira. O E-book foi publicado pela Associação Brasileira de Antropologia em 2015.

- Lançamento da Coletânea “Direitos Quilombolas & Dever do Estado em 25 Anos da Constituição Federal de 1988”, organizada por Osvaldo Martins de Oliveira (Vice-coordenador do Comitê Quilombos da ABA), contendo textos de (em ordem alfabética): Aderval Costa Filho, Aissa Afonso Guimarães, Alex Ratts, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Ana Paula Comin de Carvalho, Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos, Carlos Eduardo Marques, Cíntia Beatriz Müller, Clair da Cunha Moura Júnior, Cynthia Carvalho Martins, Davi Pereira Júnior, Eliane Cantarino O'Dwyer, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Ilka Boaventura Leite, João Batista de Almeida Costa, José Maurício Arruti, Larissa de Albuquerque Silva, Leandro Mitidieri, Luiz Henrique Rodrigues, Osvaldo Martins de Oliveira, Patrícia Portela Nunes, Paula Acotirene Florindo da Silva, Raquel Mombelli, Sandro José da Silva, Simone Raquel Batista Ferreira, Sonia Regina Lourenço e Vinícius Gomes de Aguiar. Com 352 páginas, a Coletânea foi publicada pela ABA, em 2016.
- Editoração e lançamento em 2016 da Seção “Opinião”, do Vol. 2, nº 2, da Revista Novos Debates da Associação Brasileira de Antropologia, por Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB/Membro do Comitê Quilombos da ABA), contando com vários artigos, dentre os quais um

artigo de Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB/Membro do Comitê Quilombos da ABA), e um artigo de Aderval Costa Filho (Coordenador do Comitê Quilombos da ABA).

NOTAS TÉCNICAS, MOÇÕES E MANIFESTAÇÕES:

Tendo em vista os constantes riscos aos marcos regulatórios, bem como de violação de direitos das comunidades dos quilombos no Brasil, foram elaboradas as seguintes notas técnicas, moções e manifestações pelo Comitê, muitas delas divulgadas na página da ABA.

- 17 de Março de 2015: Por ocasião da retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 contra o Decreto Federal 4887/2003 (que regulamenta os procedimentos do Estado para titulação dos territórios Quilombolas e promoção do seu desenvolvimento), em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), foi elaborada, encaminhada (aos Ministros do Supremo, Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Sociedades e Associações congêneres, Departamentos de Antropologia e Programas de Pós Graduação em Antropologia de IES, etc) e divulgada na página da Associação Brasileira de Antropologia, a Nota “Direito quilombola de volta na pauta do Supremo Tribunal Federal” ([http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota Comit%C3%AA_Quilombos_sobre_ADI_3239.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_Comit%C3%AA_Quilombos_sobre_ADI_3239.pdf))
- 22 de julho de 2015: Apresentação e aprovação de moções do Comitê Quilombo, por ocasião de Assembleia Extraordinária da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida por ocasião da na V Reunião Equatorial de Antropologia – REA / XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, realizada de 19 a 22 de julho de 2015 em Maceió/AL. Foram apresentadas e aprovadas as seguintes moções: “Pela melhor estruturação das equipes dos setores de regularização dos territórios quilombolas do INCRA (Regionais e Nacional), contando com profissionais qualificados para proceder à confecção de todas as peças do RTID, melhor dotação orçamentária, inclusive para arrecadação de

terras, e diretrizes políticas mais acertivas que possibilitem celeridade na titulação dos territórios dos quilombos”; “Pelo respeito às terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades dos quilombos e pleitos comunitários consubstanciados nos Relatórios Antropológicos e por decisões político-administrativas que contemplem a totalidade dos territórios pleiteados e não somente as terras efetivamente ocupadas”; “Pela participação dos Serviços de Regularização Fundiária dos Quilombos das Superintendências Regionais do INCRA e da Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA Nacional nas instâncias de decisão, respectivamente os Comitês de Decisão regional e o Conselho Diretor, com direito a voto, passando o voto do Presidente (Superintendente Regional ou Presidente do INCRA) a ser voto de qualidade ou desempate”; e finalmente, “Pela titulação definitiva do território étnico de Alcântara, com reconhecimento e demarcação dos 85 mil hectares reivindicados pelas comunidades e pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e contra toda iniciativa do poder público de redução do território reivindicado por direito e quaisquer efeitos lesivos às comunidades e garantias constitucionais”.

- 12 de Agosto de 2015: Nota de Apoio à titulação definitiva do território de Alcântara - A Associação Brasileira de Antropologia, através do seu Comitê Quilombos, vem a público manifestar seu apoio à titulação definitiva do território étnico de Alcântara, com reconhecimento e demarcação dos 85 mil hectares reivindicados pelas comunidades e às demandas apresentadas pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE). Manifesta, ainda, o seu repúdio a toda iniciativa do poder público de redução do território reivindicado por direito, assegurado pela Constituição Brasileira, e quaisquer efeitos lesivos às comunidades e às suas garantias constitucionais.
- 25 de Setembro de 2015: Carta da ABA à Ministra do Meio Ambiente, solicitando compor permanentemente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), através da cota de representação destinada ao “Setor Acadêmico”, em decreto de regulamentação. Isto considerando: que a Associação Brasileira de Antropologia é uma

sociedade científica que reúne pesquisadores e pesquisadoras que produzem notórios conhecimentos sobre o patrimônio genético e suas interrelações com os saberes tradicionais associados de agricultores familiares e comunidades etnicamente diferenciadas, e que tal missão tem sido executada em parceria com organizações representativas e de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, Indígenas e Agricultores Familiares, respeitando seus aspectos políticos, culturais e organizacionais; que a ABA já integra o GT Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, a Câmara Temática Conhecimento Tradicional Associado do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Intersectorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, o Conselho Consultivo do IPHAN sobre Patrimônio Cultural, o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus – IBRAM, dentre outras instâncias governamentais; considerando, sobretudo, a promulgação da Lei 13.123 de 20 de Maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que está em processo de regulamentação, e que a Associação Brasileira de Antropologia é uma das referências acadêmicas nacionais sobre as disposições tratadas na referida Lei, bem que o seu artigo 6º e seus incisos, criam o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

- 8 de Outubro de 2015: Celebração de Aditivo ao Termo de Cooperação ABA/INCRA, prorrogando o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica para o período de 21 de outubro de 2015 a 21 de outubro de 2019, ficando os demais itens constantes do Acordo de Cooperação Técnica inalterados (Publicado no D.O.U nº 199, de 19 de outubro de 2015, Seção 3, pg. 143). Foi também celebrado Plano de Trabalho para o período da nova vigência, com o objetivo de fortalecer os trabalhos de regularização fundiária dos territórios quilombolas desenvolvidos pelo INCRA, a partir da colaboração entre os partícipes, por meio da interlocução de profissionais da área de antropologia, interessados em ampliar e difundir conhecimento científico em prol da

elaboração de estudos técnicos, apoio, avaliação e divulgação da política pública e estímulo à pesquisa na área quilombola.

- 12 de novembro de 2015: Elaboração e divulgação de Nota “Direitos territoriais indígenas e quilombolas são objeto de CPI da Câmara dos Deputados”. “Foi instalada aos 11 de novembro de 2015, às 14 horas, no plenário 11 da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes dos quilombos. [...] CPIs são instaladas com objetivos de investigação, ouvir depoimentos e tomar informações diretamente aos envolvidos, atendendo aos reclames populares. Neste caso, a CPI atende a interesses da bancada ruralista e de setores desenvolvimentistas e visa obstacularizar ainda mais processos de reconhecimento e regularização de territórios dos povos indígenas e das comunidades dos quilombos...”
- 17 de novembro de 2015: Articulação na construção e divulgação da Nota à Câmara dos Deputados sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para investigar a atuação da FUNAI e do INCRA: “Trata-se de mais um episódio do conjunto de ações e omissões do Estado brasileiro visando obstacularizar o reconhecimento dos direitos de populações tradicionais, notadamente dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, inscritos desde a Constituição de 1988 e em legislação pertinente ao tema.” Seguiu-se o acompanhamento das sessões da referida Comissão.
- 1º de Julho de 2016: Indicação de antropólogos/antropólogas para a 3ª Vara Federal de Sorocaba – Seção Judiciária do Estado de São Paulo – Justiça Federal, para realização de perícia antropológica sobre a Comunidade Quilombo Cafundó, a partir de ação cível que propõe a decretação de nulidade dos processos administrativos do INCRA, que ensejam o reconhecimento e regularização do território do Quilombo Cafundó, situado no Município de Salto do Pirapora/SP.
- 14 de julho de 2016: Apoio e divulgação da Manifestação do Conselho Diretor da Associação Brasileira sobre decisão da CPI – Comissão

Parlamentar de Inquérito do INCRA e da FUNAI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA. “Os atos até agora realizados pela CPI revelam o intuito de criminalizar toda atividade de defesa dos direitos humanos em relação aos povos indígenas e quilombolas da sociedade nacional [...] A ABA, como sociedade científica e associação civil sem fins lucrativos, tem sua ação pautada pela mais perfeita lisura e transparência, no respeito à legislação em vigor e no cumprimento das responsabilidades que lhe impõem seu Código de Ética, e nada tem a temer, do ponto de vista legal, de qualquer investigação parlamentar. Mas sabe muito bem o quanto pode ser destrutiva uma ação política tendenciosa, movida por interesses inconfessados, contrários à construção de uma sociedade plural, democrática e acolhedora da diferença.”

- 6 de agosto de 2016: Proposição, apresentação e aprovação de Moções na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Antropologia, por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/PB entre os dias 3 a 6 de agosto de 2016. Foram propostas, apresentadas e aprovadas, em conjunto com o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos as seguintes moções: “Pela garantia dos direitos assegurados aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Governo interino pós impeachment da presidente Dilma”; “Contra o desmonte do aparato de Governo que vinha assegurando a proteção aos Povos Indígenas, às Comunidades dos Quilombos e aos Povos e Comunidades Tradicionais e seus modos de vida”; “Pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam”; “Contra a CPI FUNAI e INCRA e pelo reconhecimento e respeito às contribuições do(a) antropólogo(a) e da antropologia”. Tais moções foram encaminhadas para o Ministério Público e vários órgãos de Governo, além de Associações congêneres.
- 11 de setembro de 2016: Apoio e divulgação da Nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em Repúdio à Orientação Normativa nº

3, de 1º de agosto de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial. A referida Orientação Normativa estabelece critérios para aferição da veracidade de autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que dá forma ao Programa de Promoção da Igualdade Racial. “Nessa lei está prevista a observância de cotas para negros e pardos em concursos públicos federais.” A ON afirma a “suspeição sistemática sobre índoles e legitimidades dos interesses dos cidadãos, fundamentando ações persecutórias e repressivas, e, inclusive, a ameaça de uma eventual acusação por falsidade ideológica”, estabelece que essas “formas e critérios de verificação da veracidade da autodeclaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato”, dentre outros agravantes que afrontam interesses de democratização do acesso aos cargos públicos no Brasil e políticas afirmativas duramente conquistadas pelos negros e negras e pela sociedade brasileira, fundadas na autodeclaração livre de suspeições e ameaças.

- 18 de outubro de 2016: Indicação de antropólogos e antropólogas para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Nacional, visando elaboração de Relatórios Antropológicos de Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas no estado do Amapá.
- 12 de novembro de 2016: Formalização de representação da ABA na audiência pública a ser promovida pela Comissão Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, relativa ao caso Gracinha, mãe quilombola da comunidade Santa Cruz/Toca - Paulo Lopes/SC que perdeu a guarda das suas filhas porque o judiciário entendeu que "por ser descendente de escravos", ela não teria condições de criá-las. O caso tem sido acompanhado e assessorado pela Vice-coordenadora do Comitê Quilombos, Raquel Mombelli (UFSC).

FUTURO DO COMITÊ:

Quanto ao futuro do Comitê, por ocasião da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na UFJP/PB, de 3 a 6 de agosto de 2016, como referido anteriormente, foi realizada no dia 5 de agosto reunião entre os seus membros para avaliar ações desenvolvidas até então e propor ações para a próxima gestão (2017-2018), tendo também sido deliberado pela indicação de Raquel Mombelli (UFSC), como Coordenadora, e Aderval Costa Filho (UFMG), como Vice-Coordenador.

Atenciosamente

Aderval Costa Filho
Coordenador do Comitê Quilombos da ABA - Biênio 2015/2016.